

## **FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: UM DIÁLOGO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DO PROESF**

**SIVALLE**, Luciana Teston\* – PUC-Campinas

**GT-11:** Política de Educação Superior

**Agência Financiadora:** CAPES

Este texto é parte da dissertação de mestrado que se propõe a analisar memoriais de formação num contexto de cultura, diferenças e construção de identidades de professores. Traz um recorte sobre as políticas públicas para formação de professores, ou a falta delas, para efetivação de programas permanentes de formação.

Analisando a história política da formação de professores, inclusive no Brasil, observamos que esta se inicia com o advento do mundo moderno, das idéias liberais de secularização e extensão do ensino primário para todas as camadas da população.

Segundo nos apresenta Moacyr (1939), é com a Revolução Francesa que a escola normal para formação de professores leigos é concretizada. As condições que perpassam a Europa e atingem às colônias portuguesas, subordinadas às leis da coroa.

Assim, o modelo de formação e de escola que se estabelece no Brasil é o europeu, mais especificamente o francês. Devido a nossa tradição colonial, somos forjados na submissão da cultural, da domesticação do pensamento hierarquizado culturalmente pela hegemonia dominante.

Em 1835, na Província do Rio de Janeiro, foi criada a primeira escola normal, através da lei no. 10 do mesmo ano; determinando também sua organização interna, a Escola seria regida por um diretor, que exerceria também a função de professor. Entretanto a consolidação da formação docente só ganhou êxito a partir de 1870, através das idéias liberais de democratização e obrigatoriedade da instituição primária.

Somente com as transformações políticas, ideológicas e culturais influenciadas pela fase iluminista é que o setor educacional sofre mudanças, considerando que um país se faz pela educação. Diante dessa afirmativa, a ampliação do ensino começa a ser reclamada, as escolas normais passam a ser valorizadas, com melhoria do currículo, ampliação dos requisitos para o ingresso e sua abertura para o público feminino. (MOACYR, 1939)

---

\* Grupos de Pesquisa: ICCON - Interdisciplinaridade e Construção do Conhecimento Linha de Pesquisa: Práticas Pedagógicas e Formação do Educador Mestranda da Puc-Campinas - Orientadora: Graziela Giusti Pachane.

Se refletirmos sobre os pilares da Educação que temos, é possível reconhecer que ela sempre serviu aos interesses da sociedade. Sendo reprodutora de ideologias, propicia que a manutenção do poder econômico e social permaneça “nas mãos” dos interesses de cada época: primeiro dos nobres e da igreja, passando para a burguesia e ao capitalismo.

Desde o Brasil colônia, somos subordinados ao financiamento externo, à determinação da legislação de terceiros e, por mais doloroso que pareça ainda, permanecemos distantes de consolidar uma política de educação e de formação de professores desvinculada dos interesses econômicos de uma sociedade capitalista e desigual.

Atualmente, a partir da compreensão da legislação a serviço do Estado, a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), dispõe no Art. 87 “a década da educação”, determinando no § 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (BRASIL, 1996).

A Lei normatiza o ensino no país sem considerar as grandes diferenças econômicas, sociais e culturais, tendo uma única política nacional de formação de professores. A exigência de formação superior em localidades onde sequer o professor tem a formação mínima para o exercício do magistério, em nível de ensino médio, aponta para um país de pluralidades não só culturais, como econômicas e sociais.

Mesmo na região sudeste, cuja situação sócio-econômica poderia nos levar a imaginar que a formação para professores em nível superior já tivesse se estendido à quase totalidade dos docentes em atuação, verificou-se a necessidade desta formação para um grande número de educadores.

Como tentativa de atender à determinação da lei, no Estado de São Paulo são efetivados Projetos e Programas de Formação superior que buscam formar o maior número de docentes, seja através de aulas expositivas, apostiladas ou teleconferências. Como exemplo, podemos citar o “Programa Pedagogia Cidadã”, destinado aos professores das redes municipais de ensino do interior de São Paulo, realizado pela Unesp e o “PEC – Formação Universitária”, para professores efetivos da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, numa parceria do governo do estado, UNESP, USP e PUC-SP.

Nesse contexto, a UNICAMP organiza, em parceria com cidades da região metropolitana de Campinas, um desses programas de formação de professores em

serviço que emerge para atender políticas federais expostas na Constituição Brasileira de 1998, no plano decenal de educação e na nova LDB: o PROESF - *Programa Especial para Formação de Professores em Exercícios na Educação Infantil e Primeiras Séries do Ensino Fundamental da rede Municipal dos Municípios da Rede Metropolitana de Campinas*, oferecendo um curso de pedagogia para atender a demanda de professores sem formação superior que atuavam nos sistemas municipais.

No entanto, o Proesf não teve seu início apenas em resposta à solicitação da LDB, foi efetivado também por uma vontade política dos dirigentes municipais das regiões metropolitanas e de uma equipe de professores da Unicamp, como ressalta Pereira (2000, p. 3):

Esta proposta de curso de Pedagogia para Professores em Exercício da rede de Educação Municipal da Região Metropolitana de Campinas, está baseada nas discussões ocorridas durante o ano de 2001 através do Fórum de Secretários de Educação, com a participação de representantes dos professores/as da Faculdade de Educação da Unicamp, a Pró-Reitoria de Graduação e Secretários/as Municipais de Educação da Região Metropolitana de Campinas.

O curso de pedagogia do Proesf propõe às alunas/professoras que estejam numa constante reflexão dos seus fazeres pedagógicos à luz do conhecimento teórico. Como registro dessas reflexões, o trabalho de conclusão do curso constitui-se de memoriais de formação que são fonte de memórias, histórias, fazeres e contradições do cotidiano escolar.

Diante da área do conhecimento a que se dedicaram profissionalmente é de se supor que os registros das memórias desses sujeitos expressem, através dos memoriais de formação, diferentes representações acerca da infância, da escola e das suas práticas, dos métodos, das experiências vividas, dos atores e dos cenários, permeados pelo tempo e pela memória. A análise desses registros possibilita resgatar, sob um enfoque singular, alguns traços significativos da história de vida de professores, sua identidade pessoal e a relação com a identidade profissional constituída.

Os relatos desses professores sobre sua entrada no ensino superior – muitos de origem humilde, evidenciando em seus memoriais de formação histórias de exclusão, persistência e sonho com o curso superior, não acreditando serem capazes de cursar uma faculdade, especialmente uma faculdade pública e renomada como a UNICAMP – propiciam, entre outras, reflexões sobre as políticas públicas, a falta de formação qualificada de nossos professores, e conseqüentemente, sobre as práticas pedagógicas nas salas de aula.

Consideramos que quando esses professores ganham voz no seu fazer cotidiano, são reconhecidos nas políticas públicas de formação educacional, na busca de práticas emancipatórias, seja no pensar, no fazer ou no refazer do cotidiano escolar. Como ressalta Bhabha,

[...] O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre - lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade (BHABHA, 2003: 20).

Contudo, apesar da inovação proposta pelo Proesf, da possibilidade de oferecer ampliação das vagas no curso de pedagogia, não foram elaboradas políticas permanentes para formação de professores, ou seja, não existem propostas de formação continuada que discutam o fazer pedagógico, as teorias educacionais, na busca de política emancipatórias que dêem seqüência ao trabalho deste programa. O que vemos na prática são ações esporádicas que podem denotar que formar educadores não é de interesse dessa sociedade, nem tampouco de seus governantes.

O financiamento para formação dos professores não faz parte das políticas públicas, sendo caracterizadas por ações pontuais e localizadas. Essa é a característica do Proesf, que surge para atender os excluídos do interior (BOURDIEU, 2001), como medida paliativa pela falta das políticas já citadas.

Nosso objetivo não é analisar ou fazer a crítica ao curso de pedagogia oferecido pela UNICAMP, mas sim considerar as histórias de formação desses professores, e a falta de políticas públicas para educação comprometidas com a mudança do contexto social.

Apesar das dificuldades levantadas nesse texto pela falta de políticas públicas nacionais que busquem uma formação diferenciada, com reformulação dos programas de formações atuais, não podemos calar a nossa voz de formadores desses educadores, lutando pela educação com qualidade para todos com qualidade real que considere a diversidade cultural de nosso país.

Pensar na formação de educadores não é tarefa simples como fazem parecer muitos governos que, ao invés de definirem políticas públicas que pensem, repensem e coloquem em prática uma formação efetiva e eficiente, elaboram programas

temporários, que nascem na emergência e são suprimidos conforme suas necessidades, sejam nas mudanças de governos ou por programas de maior interesse.

## **Referências**

- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os **excluídos do interior**. In: BOURDIEU, P. Escritos de educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001
- BRANDÃO. C. R. **O que é educação**, 33ª Ed. Brasiliense, São Paulo. 1995.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: acompanhada de disposições anteriores... 2. ed. São Paulo: Ed. Oliveira Mendes, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 dez. 1961 e retificada em 28 dez. 1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22/11/2007.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – No. 9.394/96**, promulgada em 20/12/1996. Brasília, 1996.
- LEMME, P. **Memórias. v. 2 – Vida de Família, Formação Profissional, Opção Política**. Brasília: INEP (MEC); São Paulo: Cortez, 1988.
- MOACYR, P.. **A instrução e as providências: subsídios para a história da educação no Brasil. (1835-1889)**. São Paulo: Editora Nacional: 1939. Vol. 2.
- PEREIRA, E. M. A. Projeto do Curso de Pedagogia do Programa Especial para Formação de Professores em Exercício na Rede de Educação Municipal da Região
- SAVIANI, D. **Educação brasileira Estrutura e Sistema**. São Paulo: Saraiva, 1975
- SAVIANI, D. **Política e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1998.